

ras e trinta minutos, foi aprovada realização de audiências públicas conjuntas com a Comissão de Ciência e Tecnologia com os seguintes temas: 1. "Desafios dos estudantes de Pós-Graduação no Estado do Rio de Janeiro quanto às condições de trabalho, estudo e pesquisa"; 2. "As políticas e práticas para a garantia de Educação Técnica, Profissional e Tecnológica na Rede FAETEC"; 3. "Apresentação do Relatório Anual da Fundação de Apoio à Escola Técnica no Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, em cumprimento ao art. 1º da Lei de Responsabilidade Educacional (Lei nº 5451/2009)". Em discussão e votação, foram aprovados os temas. Prosseguindo, a Senhora Deputada Dani Monteiro elogiou a Comissão e a importância dos institutos de pesquisa e ciência na solução e encaminhamento do problema do surto de vírus (COVID-19). O Senhor Deputado Flavio Serafini elogiou também o trabalho da Comissão, sua reativação e contribuição para o Estado do Rio de Janeiro como um todo. Nada mais havendo a tratar, e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. (a) Deputado Waldeck Carneiro, Presidente; Marcelo Catarino Lima, Secretário, matrícula 201.591-5.

COMISSÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, na sala trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Defesa e Proteção dos Animais, com a presença dos Senhores Deputados Renato Zaca, Presidente; Alana Passos, Vice-Presidente; Chico Machado e Rosane Félix, membros efetivos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 1ª Reunião Extraordinária, conforme convocação por edital publicado em 11.02.2020. Prosseguindo, Sua Excelência informou haver recebido e, em 18.12.2019 ter avocado, o Projeto de Lei nº 1027/2019, do Deputado Rosenverg Reis. A seguir, de acordo com o Artigo 40 do Regimento Interno, assumiu a presidência a Deputada Alana Passos que concedeu a palavra ao Deputado Renato Zaca para relatar o parecer: Projeto de Lei nº 1027/2019, do Deputado Rosenverg Reis, parecer FAVORÁVEL. Em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Reassumindo a presidência, o Deputado Renato Zaca franqueou a palavra e, como ninguém quisesse dela fazer uso e não havendo mais nada a tratar, Sua Excelência agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Lia Aparecida Lindenblatt de Freitas, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, doze de fevereiro de dois mil e vinte. (a) Lia Aparecida Lindenblatt de Freitas, matrícula nº 201.525-3, Secretária; (a) Deputado Renato Zaca - Presidente.

COMISSÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e vinte, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, na sala trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Defesa e Proteção dos Animais, com a presença dos Senhores Deputados Renato Zaca, Presidente; Alana Passos, Vice-Presidente e Rosane Félix, membro efetivo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 2ª Reunião Extraordinária, conforme convocação por edital publicado em 04.03.2020. Prosseguindo, Sua Excelência informou haver recebido e, em 17.02.2020 ter avocado, o Projeto de Lei nº 420/2019, do Deputado Márcio Canella e haver recebido e em 03.03.2020 ter avocado, o Projeto de Lei nº 982/2020, do Deputado Danniell Librelon. A seguir, de acordo com o Artigo 40 do Regimento Interno, assumiu a presidência a Deputada Alana Passos que concedeu a palavra ao Deputado Renato Zaca para relatar o parecer: Projeto de Lei nº 420/2019, do Deputado Márcio Canella, parecer FAVORÁVEL. Em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Projeto de Lei nº 982/2019, do Deputado Danniell Librelon, parecer FAVORÁVEL. Em discussão e votação, o parecer foi aprovado. Reassumindo a presidência, o Deputado Renato Zaca franqueou a palavra e, como ninguém quisesse dela fazer uso e não havendo mais nada a tratar, Sua Excelência agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Lia Aparecida Lindenblatt de Freitas, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, quatro de março de dois mil e vinte. (a) Lia Aparecida Lindenblatt de Freitas, matrícula nº 201.525-3, Secretária; (a) Deputado Renato Zaca - Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR IRREGULARIDADES NAS MEDIÇÕES DOS HIDRÔMETROS DAS CONCESSIONÁRIAS DE ÁGUA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

(RESOLUÇÃO Nº 06/2019)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às treze horas, na sala número trezentos e onze do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Resolução nº 06/2019, sob a Presidência do Senhor Deputado Jorge Felipe Neto, com a presença dos Senhores Deputados Gustavo Schmidt, Giovanni Ratinho, Val Ceasa e Thiago Pampolha, membros efetivos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente abriu os trabalhos informando que a presente reunião tinha por objetivo deliberar as próximas atividades da Comissão. Em continuidade, o Senhor Presidente apresentou a proposta de realização da 4ª Audiência Pública com a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, para tratar sobre a proibição da cobrança dos quinze metros cúbicos mínimos; realização da 5ª Audiência Pública para tratar da Tarifa Social e a concordância das empresas; Indicação de endereços para realização de teste da CEDAE; Reunião Ordinária para apresentação dos resultados dos testes e Reunião Ordinária para tratar do Relatório Final da Comissão. Em continuidade, o Senhor Presidente agradeceu a todos os Deputados pela presença, colocou as propostas em discussão e votação e foram as mesmas aprovadas por unanimidade. Após, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Deputados, para quem quisesse fazer uso e não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Nicanor Nery Campanário, matrícula 201.194-8, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 15 de agosto de 2019. (a) Nicanor Nery Campanário - Secretário; (a) Deputado Jorge Felipe Neto.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR IRREGULARIDADES NAS MEDIÇÕES DOS HIDRÔMETROS DAS CONCESSIONÁRIAS DE ÁGUA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

(RESOLUÇÃO Nº 06/2019)

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às treze horas, na sala número trezentos e onze do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pelo Resolução nº 06/2019, sob a Presidência do Senhor Deputado JORGE FELIPPE NETO, com a presença dos Senhores Deputados THIAGO PAMPOLHA, FILIPE SOARES, VAL CEASA e GIL VIANNA membros efetivos. O Senhor Presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença da Dra. Daniela Lemos Gomes - Ouvidora Chefe da CEDAE; Dr. Hugo Albertino - CEDAE; Dr. Luiz Cláudio - CEDAE; Dr. Fabio Zugão - CEDAE; Dra. Soraya Panella - PROCON-RJ; Dr. Eduardo Tostes - DE-

FENSORIA PÚBLICA; Dra. Cintia Guedes - DEFENSORIA PÚBLICA; Dr. Wellington Brito - PROCON CARIÓICA e o Dr. Jaime Davoquem - PROCON CARIÓICA. O Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Thiago Pampolha que fez sua dissertação. Em continuidade, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Filipe Soares que fez sua fala. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para a Senhora Cintia Guedes que realizou sua dissertação. Em prosseguimento, o Senhor Presidente passou a palavra para o Dr. Eduardo Tostes que dissertou sobre o tema. Seguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Wellington Brito que falou sobre o assunto. Continuando, o Senhor Presidente passou a palavra para a Senhora Soraya Panella que falou sobre o tema. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Val Ceasa que dissertou sobre o assunto. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para a Senhora Daniela Gomes que discursou sobre o tema. Em prosseguimento, o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Luiz Claudio que explicou sobre os questionamentos. Continuando, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Val Ceasa que fez suas colocações. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Filipe Soares para suas considerações. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Eduardo Tostes que falou sobre o assunto. Seguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Thiago Pampolha que questionou e dissertou sobre o tema. Continuando, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Filipe Soares que fez suas considerações. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para a Senhora Daniela Gomes que fez suas colocações. Seguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Luiz Claudio que fez sua explanação. Seguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Fabio Lugão para sua dissertação. Seguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Thiago Pampolha que fez suas considerações finais. Seguindo, o Senhor Presidente passou a palavra para o Deputado Filipe Soares para suas considerações finais. Seguindo, o Senhor Presidente fez suas colocações e seus agradecimentos e passou a palavra aos Senhores para suas colocações finais e não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Nicanor Nery Campanário, matrícula 201.194-8, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que traz em anexo as notas taquigráficas com o inteiro teor do ocorrido, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 30 de maio de 2019. (a) Nicanor Nery Campanário - Secretário; (a) Deputado JORGE FELIPPE NETO - Presidente

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Muito boa tarde, senhoras e senhores. Às 13h do dia 30 de maio de 2019, na condição de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades nas medições dos hidrômetros das concessionárias de água do Estado do Rio de Janeiro e propor soluções, contando com a presença do sr. deputado Thiago Pampolha, dou por abertos os trabalhos da 1ª audiência pública, com o objetivo de aprovar a ata da 1ª reunião ordinária. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. E discutir as reclamações das concessionárias nos órgãos de defesa ao consumidor.

Só fazer um leve introito a isso. Muitos aqui, por exemplo o Nudcon ou o Procon estadual, já estiveram em outras CPis da Casa como, por exemplo, a CPI da Light/Enel. Lá eles fizeram as oitivas das concessionárias, a priori, os órgãos de defesa do consumidor. A gente modificou essa metodologia justamente para identificar o dimensionamento dos problemas, os problemas em si com vocês, a qualidade de reclamação para, depois, fazer oitiva com as concessionárias. Então, essa reunião vai ser fundamental para que a gente determine os objetivos com maior primor dessa CPI.

Contando com a presença dos convidados: dra. Cintia Guedes, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora cível; dr. Eduardo Tostes, defensor público do Estado do Rio de Janeiro, subcoordenador do Nudcon; dr. Francisco Messias Neto, assessor parlamentar da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; sra. Daniela Lemos Gomes, ouvidora chefe da Cedae; sra. Soraya Duarte de Oliveira Panella, coordenadora de atendimento do Procon/RJ; e o sr. Wellington Brito, gerente-geral de atendimento do Procon municipal. Muito obrigado pela presença de todos. Hugo Albertino da Silva e o sr. Luiz Cláudio Drumond. E o advogado Fábio Lugão, representando a Cedae. Se quiserem chegar mais para cá é bom.

Essa comissão foi criada diante de uma série de matérias jornalísticas, seja na mídia impressa, mas, principalmente, veiculada em diversos programas televisivos, tratando especificamente de dois temas. Primeiro, ar na tubulação. A gente sabe que o Rio de Janeiro é um sistema extremamente manobrado e, numa breve análise no site Reclame Aqui, a gente vê uma série de consumidores reclamando que o hidrômetro está andando sozinho, e por aí vai; e isso gera uma cobrança irregular na conta de água desses consumidores, desses usuários. E, segundo, o famoso salto, que acontece quando da troca de hidrômetro, seja na área industrial, seja na residencial. Fato é que a concessionária deixa lá o hidrômetro cinco, dez anos na casa do sujeito, não faz nenhum tipo de exigência nesse período, e um belo dia troca o hidrômetro. Com isso a conta do mês seguinte salta 100%, 150%, 200%, porque aquele hidrômetro anterior já tinha uma certa resistência pelo uso. Ele é um instrumento mecânico, então, precisa de manutenção ou troca constante para funcionar adequadamente. E os consumidores que estão estabelecidos há anos num padrão de consumo mantêm esse padrão no mês seguinte achando que está tudo bem e têm esse salto na conta de água. Esse problema, especificamente, acontece diuturnamente, eu sei que é muito mais um objeto de reclamação nos órgãos de defesa do consumidor

Então, nossa CPI se propõe a legiferar em torno de ambos os temas para que a gente tenha as soluções, inclusive acho que é benéfico a própria Cedae, as próprias concessionárias, no sentido de que esse hidrômetro, muito tempo sem fazer manutenção, gira contra empresa. Eu sei que está gerando essa resistência.

Quero aqui registrar a presença do relator, deputado Filipe Soares. Muito boa tarde.

Feito esse introito, franquear a palavra os nobres deputados. deputado Filipe, deputado Thiago, querem fazer o uso da palavra?

Deputado Thiago.

O SR. THIAGO PAMPOLHA - Obrigado, deputado presidente, Jorge Felipe Neto, deputado Filipe Soares, nosso relator, e a todos os convidados, agradecendo a presença de todos. Acho que essa CPI, como eu falei na instalação, é de suma importância; nós temos temas e dúvidas que vão ser tiradas ao longo das manifestações aqui.

Então, eu queria só parabenizar e agradecer a presença de todos inicialmente. Estou ansioso para ouvir aí nossos organismos de controle de defesa do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Maravilha, deputado Thiago.

Deputado Filipe.

O SR. FILIPE SOARES - Sr. presidente, boa tarde a todos. É muito bom ter todos os convidados aqui presentes, e mais importante ainda é esta comissão ter sido instalada, que eu peço até desculpas pela minha demora aqui. Eu tive outros compromissos que me atrasaram, mas estou aqui para contribuir com os andamento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Maravilha.

Registro também a presença deputado Val Ceasa. Deseja fazer uso da palavra? Deseja fazer os da palavra, deputado? Não.

Eu só queria fazer um registro antes para que, especificamente, v. sas. possam responder a esse questionamento. deputado Thiago Pampolha, na primeira reunião ordinária que tivemos, v. exa. lembra que falou da instalação de hidrômetros em áreas de interesse social, onde estaria com a tarifa social, por exemplo, da Cedae e outras concessionárias

O SR. THIAGO PAMPOLHA - Isso. Eu pontuei essa questão de hidrometrar áreas que estão estabelecidas como área de tarifa social, isso é um ponto.

O outro que eu coloquei aqui para tirar dúvida, eu até ia ouvir primeiro os nossos convidados para depois de formular as perguntas, mas, já lapidando um pouco, também sobre a questão da colocação dos hidrômetros nas empresas que são contratadas, terceirizadas para instalar os hidrômetros. A forma que elas, enfim, são pagas pelo serviço que prestam e como isso influencia na banalização nesse serviço. Ou seja, pelo o que me consta, nessas empresas, elas são pagas pelo montante que elas vão instalando, os hidrômetros elas vão recebendo, e muitas vezes elas atropelam, colocam hidrômetros em áreas que têm essa tarifa social, onde não era... Enfim, então, são coisas que a precisar procurar, entender e ver como que a gente pode corrigir.

Então, na verdade eu queria ouvir eles primeiro para depois formular as perguntas nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Feitos esses questionamentos, passo a palavra à Defensoria Pública, para que possa expor suas considerações.

A SRA. CÍNTIA GUEDES - Boa tarde a todos. Obrigada pelo convite, deputado Felipe Neto, presidente da CPI. Eu me chamo Cintia Guedes, sou defensora pública, estou hoje na Coordenação Cível da Defensoria Pública. Na Coordenação Cível eu, de certa forma, coordeno todos os defensores que trabalham na área cível, nas ações individuais. Depois de mim vai falar o dr. Eduardo, que é do Nudcon, que faz, de certa forma, a tutela coletiva. Eu vou tentar fazer um uma visão das ações individuais, das reclamações individuais dos consumidores, depois o Eduardo pode falar alguma coisa da tutela coletiva.

A Defensoria Pública atende, como os doutores sabem, a população mais vulnerável, aqueles hipossuficientes que pretendem demandar na justiça. Nós temos com isso um número bem levado de ações contra a Cedae. A Cedae está ranqueada no site no Tribunal de Justiça como a 13ª empresa mais demandada do Rio, não chega aos pés da Light, por exemplo, que já foi objeto de outra CPI, a Light teve, só no juizado, 70 mil processos ano passado; a Cedae tem cinco mil, então, ela tem bastante processo, mas nada que se compare à Light.

De todas as demandas que a gente tem, eu tentei fazer um levantamento, embora a gente não tenha dados precisos para dizer estatisticamente qual o percentual de ações são relativas a hidrômetros, não dá para fazer... A Defensoria não tem, o Tribunal de Justiça também não tem como fazer esse percentual porque elas não são classificadas por esse tipo de demanda, mas nós temos muitas ações contra a Cedae, embora boa parte dessas ações judiciais não seja especificamente sobre irregularidade de hidrômetros, ao contrário, boa parte das ações contra a Cedae são sobre a forma como a Cedae faz a cobrança, a questão de ela cobrar a tarifa mínima ou cobrar o que está efetivamente marcado no hidrômetro; e a questão da multiplicação da tarifa mínima pelo número de economias, que é algo que foi simulado pelo Superior Tribunal de Justiça de que não é possível, mas que de certa forma a Cedae continua fazendo.

Em relação especificamente a hidrômetros, é muito comum esse tipo de demanda em que o consumidor chega na Defensoria e diz: doutora, todo mês eu recebo uma conta em torno de 200 reais, esse mês eu recebi uma conta de cinco mil reais. Mas, vejamos, é muito difícil para o consumidor identificar a razão pela qual aquela conta veio num valor muito mais elevado do que as outras contas. E o fato de uma conta ter um valor muito elevado não significa necessariamente um defeito ou uma irregularidade no medidor, no hidrômetro. Então, quando se propõe esse tipo de ação, o que o consumidor faz é narrar para o Judiciário que houve uma cobrança indevida porque ele não é capaz de gastar cinco mil reais de água em único mês, então, aquela cobrança, da óptica do consumidor, é indevida porque não é condizente com aquilo que ele consumiu, mas o consumidor não tem como aferir naquele momento qual a causa possível daquela cobrança. Essas são ações que individualmente vão para o Judiciário e acabam demandando uma prova técnica, uma perícia, na realidade a questão do hidrômetro é muito uma questão técnica, como o presidente disse, não basta eu ter o selo do Inmetro dizendo que aquele hidrômetro funciona bem porque o selo foi dado quando ele foi instalado e ele pode ter sido instalado há 10 anos. Isso não significa que hoje ele funciona nos padrões que o Inmetro certificou quando ele foi instalado. Mas, ainda assim, o fato de uma conta ser elevada não significa que necessariamente há uma falha no hidrômetro, é possível, por exemplo, que haja um vazamento interno dentro da casa do consumidor, que às vezes ele não vê, pode estar vazando dentro da caixa da descarga, pode ter um vazamento na tubulação; e isso faz com que a conta chegue num valor muito alto sem que seja um problema de hidrômetro. Pode ser que haja, de alguma forma, um desvio clandestino, o famoso "gato", feito por algum vizinho na tubulação, isso também vai gerar uma conta alta sem que seja um problema de hidrômetro. E pode ser também que a falha seja no hidrômetro, mas não na marcação da água consumida e sim na leitura que é feita pelo técnico da Cedae. Quando a Cedae vai à casa do consumidor e faz a leitura, e eles anotam e emitem a conta, pode ser um erro humano, a pessoa que leu, leu e anotou o número errado e aí dá uma diferença enorme naquelas contas.

Então, embora a gente tenha, como eu disse no início, várias demandas judiciais contra a Cedae por esse tipo de questionamento, em poucas delas se consegue concluir judicialmente que a falha era do hidrômetro, por quê? Porque tem outras possibilidades de fato; e porque para que eu possa concluir, para que o juiz tenha certeza de que houve uma irregularidade do hidrômetro, é preciso que haja um perito que examine aquele hidrômetro, um engenheiro, faça todos os testes e consiga certificar, consiga atestar para o juiz que, efetivamente, há um erro de leitura ou está passando ar no hidrômetro, há uma falha na instalação e aí sim, se a gente pode ter certeza de que há uma irregularidade.

Então, de todas as ações que são propostas contra a Cedae, como eu disse, a menor parte questiona problemas do hidrômetro. E mesmo dentro dessas que questionam, não necessariamente há realmente um problema no hidrômetro, e talvez haja aquelas em que tinha um problema no hidrômetro e o perito não consegue efetivamente atestar isso, porque ele só vai fazer a perícia seis meses depois do problema já ter acontecido e aquilo pode não estar naquele momento efetivamente funcionando.

Uma coisa que tem crescido, e isso é um problema que está chegando muito fortemente na Defensoria, é o problema levantado pelo deputado Thiago Pampolha, das individualizações e das empresas privadas. Talvez seja o caso de a Assembleia legislar sobre isso. Hoje, nós temos grandes condomínios, principalmente os oriundos do programa Minha Casa, Minha Vida, que têm milhares de moradores. Nós já tivemos casos, tanto eu como o doutor Eduardo, de vários condomínios do Minha Casa, Minha Vida, tanto Santa Cruz, Campo Grande, agora temos um no centro, porque esses condomínios têm um problema de fundo. São pessoas muitas vezes reassentadas, são pessoas que vivem em área de risco, são pessoas que vivem em situação de rua e que não têm a cultura do pagamento da tarifa condominial, da tarifa de água, e, com isso, esses condomínios, assim que foram lançados e ocupados, foram acumulando um débito gigantesco junto à Cedae porque os moradores, muitas vezes por falta de condição financeira, na maior parte das vezes, e até por não terem essa cultura, não conseguem pagar a cota condominial; e se não pagam a cota condominial, também não pagam a água, porque a água vem junto com a cota condominial.

Então, muitos desses condomínios tiveram como busca de uma solução fazer a individualização desses hidrômetros, o que a Cedae não está fazendo nos condomínios que já foram construídos há alguns anos.

Então, como é que eles procedem isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Desculpe, a individualização...

A SRA. CÍNTIA GUEDES - Do hidrômetro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - Por unidade habitacional.